

**32. INFORMAÇÃO RELATIVA A RELEVAÇÃO TOTAL DA REPOSIÇÃO DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE RECEBIDAS PELO COMANDANTE DOS SAPADORES BOMBEIROS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal informação subscrita pelo Sr. Vereador Altino Bessa, relativa a relevação total da reposição das quantias indevidamente recebidas, informação essa que se anexa.

A referida proposta é acompanhada de informação circunstanciada do Departamento de Recursos Humanos, do Sr. Diretor Municipal da Direção Municipal de Gestão e de Parecer da CCDR-N”.

<p>O Vereador,</p> <p><u>Altino Bessa</u></p> <p>Altino Bernardo Lemos Bessa Eng.º)</p> <p><u>02/02/2021</u></p>	<p><b>Despacho</b></p> <p>Aprovo a presente informação. <i>À m d</i></p> <p><u>Carlos Miguel</u></p> <p>O Presidente da Câmara,</p> <p><u>(Ricardo Rio)</u></p> <p><u>21/02/02</u></p>
--	--

### INFORMAÇÃO

Atendendo às questões solicitadas vertidas nos pareceres e informações pelos vários intervenientes, quer pela CCDRN, quer pelo Departamento dos Recursos Humanos, solicito que seja enviada à reunião da Câmara Municipal, para que esta delibere no sentido de relevação total da reposição das quantias indevidamente recebidas, atendendo ao abrigo do nº 1 do artigo 39º do DL 155/92, ao desconhecimento desculpável de que o recebimento das quantias em causa era ilegal (boa-fé), nunca imputável ao Sr. Comandante dos Bombeiros, mas sim ao processamento indevido das quantias em causa, que de acordo com a informação prestada pelo DRH, no ponto 2 – **“Desde que existe comandante dos sapadores bombeiros, sempre se pagou o mencionado suplemento, porque superiormente sempre se entendeu, por analogia, e pelo cargo ser equivalente a diretor municipal em termos remuneratórios, também teriam direito a ... despacho autorizador inicial.”**

À consideração Superior

Braga, 02 de fevereiro de 2021

E/53429/2020

Balcão Único

VICE-PRESIDENTE	<input type="checkbox"/>
VEREADOR	<input type="checkbox"/>
Dr.ª Olga Pereira	<input checked="" type="checkbox"/>
DRP	<input type="checkbox"/>
DMC-AM	<input type="checkbox"/>
DMC-AD	<input type="checkbox"/>
DMC-OP	<input type="checkbox"/>
DRP	<input type="checkbox"/>
DRP-G	<input type="checkbox"/>
DSJC	<input type="checkbox"/>
DFISC	<input type="checkbox"/>

Exmª Senhora

Drª Olga Pereira

Vereadora da Câmara Municipal de Braga

Município de Braga

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Nossa referência

OF\_DSAJAL\_RMF\_12538/2020

2020.10.19.8425

Data de expedição: 16-11-2020

Sua referência

Sua comunicação

Assunto|Subject

Reposição de valores indevidamente pagos a trabalhadores. Prazo. Relevação.

Junto envio a V.Exª, o parecer elaborado pela Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, acerca do assunto acima referenciado.

Aproveita-se para referir que, nos termos da Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho, a emissão de pareceres, pelas CCDR, sobre questões relativas à administração local está sujeita ao prévio pagamento de uma taxa que atualmente corresponde ao valor de 196 €, destinada a suportar os correspondentes encargos administrativos, exceto quando, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos:

- Os pedidos de parecer sejam acompanhados de informação elaborada pelos serviços da administração local direta que enquadre a situação, proceda à sua análise e proponha uma solução para a questão objeto de consulta;
- Não se encontrar disponibilizado, em suporte, digital ou documental, parecer sobre a mesma questão ou temática afim àquele que é objeto de consulta.

Acresce referir que este organismo não só disponibiliza os pareceres emitidos na sua página eletrónica, como procede mensalmente à publicação de um Flash Jurídico que é uma newsletter onde se divulgam diplomas legais, pareceres, notas informativas e outras informações relevantes para a administração local, pelo que se aconselha a sua subscrição através do seguinte endereço eletrónico: gabinete.comunicacao@ccdr-n.pt.

Com os meus melhores cumprimentos,

Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à  
Administração Local

Concordo. À consideração superior:  
13-11-2020

Chefe de Divisão de Apoio Jurídico

Concordo com o conteúdo da presente  
informação.

Transmita-se à Senhora Vereadora da entidade  
consulente.

Porto, 13.11.2020

Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e à  
Administração Local

Informação nº INF\_DSAJAL\_CG\_9673/2020 Proc. nº 2020.10.19.8425

Data 12-11-2020

Assunto Reposição de valores indevidamente pagos a trabalhadores. Prazo. Relevação.

Pelo Exma. Senhora Vereadora da Câmara Municipal, no exercício de competências delegadas na área da gestão e direção dos recursos humanos, é solicitado parecer jurídico sobre a seguinte situação:

*"Venho por este meio solicitar a emissão de parecer jurídico sobre a questão, que tem suscitado diversas interpretações jurídicas, referente ao prazo em que se mostra exigível a reposição de quantias indevidamente pagas pela Administração, com as seguintes particularidades:*

*(...)*

*Atendendo à não coincidência das interpretações jurídicas que têm sido perfilhadas quer pelos tribunais quer pelas diversas entidades públicas, mostra-se pertinente colher parecer dessa Comissão relativamente à referida questão controvertida.*

*De referir que em sede de audiência prévia o requerente invocou a aplicabilidade do disposto no artigo 39º do Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública, alegando em síntese que:*

*«(...) A iniciativa de lhe serem pagas despesas de representação foi totalmente do próprio município, sem que tenha havido qualquer pedido nesse sentido;*

*- Pelo que a existir erro nunca o signatário lhe deu origem, fosse por o ter solicitado, fosse por ter utilizado qualquer meio fraudulento para levar os serviços do município ao processamento dos valores das despesas de representação;*

*- O processamento continuado nesse sentido confirma que se trata de um erro imputável aos serviços nada tendo o requerente feito para lhe dar origem, ou seja, a iniciativa de pagar as despesas de representação foi totalmente do próprio município (...)*

*- Em momento algum o signatário teve conhecimento de que o suplemento remuneratório que lhe vinha sendo abonado era indevido (...)*

*As despesas de representação foram recebidas de boa-fé e na convicção que lhe são devidas (...)*

*Pelo que nos termos do art. 39.º do Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aplicável com as devidas adaptações às Autarquias, se prevê em casos excecionais, que se reputa ser o caso, poder ser a relevação determinada das quantias recebidas»*

Neste contexto solicita-se igualmente o Vosso parecer sobre esta matéria, assim como sobre qual o órgão desta autarquia com competência para determinar a reposição das quantias indevidamente pagas ou, caso se aplique, a relevação dessa reposição."

Estão, portanto, em causa duas questões:

- Qual o prazo em que se mostra exigível a reposição de quantias indevidamente pagas pela Administração Pública?
- Qual o órgão do município competente para determinar a reposição das quantias indevidamente pagas ou, caso se aplique, a relevação dessa reposição?

Cumpre, pois, informar:

### I

O Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho[1], que estabelece o regime da administração financeira do Estado, consagra expressamente, como regra, que "A autorização de despesas será conferida de acordo com as regras constantes dos artigos seguintes e com as normas legais especialmente aplicáveis a cada tipo de despesa." (cf. artigo 21.º).[2]

Assim, a autorização de despesas fica sujeita, nomeadamente, à verificação da respetiva conformidade legal, de acordo com o fixado na alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92, entendendo-se como tal "a prévia existência de lei que autorize a despesa".[3]

Pelo que, sempre que um trabalhador da administração pública receba valores que lhe tenham sido processados e pagos, nomeadamente a título de suplementos ou acréscimos remuneratórios (como sucede com aqueles auferidos a título de despesas de representação) erradamente, sem que tivesse direito a perceber-los ou em montante superior ao devido, então o mesmo incorre no dever de repor os respetivos montantes, porquanto lhe foram indevidamente pagos.

Resulta, portanto, do regime do Decreto-Lei n.º 155/92, que quando haja lugar a recebimento de quantias indevidas ou a mais recebidas haverá lugar à respetiva reposição (cf. artigo 36.º).[4] / [5]

Nos municípios, **a competência para a prática do ato que determina a reposição de valores indevidamente recebidos pelos trabalhadores a título remuneratório pertence ao presidente da câmara municipal**, no âmbito da sua competência própria para "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais;", nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante aqui designado de RJAL), constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro[6].

### III



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

**A obrigatoriedade de reposição das quantias recebidas prescreve decorridos cinco anos após o seu recebimento**, nos termos do estipulado no n.º 1 do artigo 40.º.

Sendo que, os atos administrativos que estejam na origem de procedimentos de reposição de dinheiros públicos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos a contar da data da respetiva emissão, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 168.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)[7] - de acordo com o fixado no n.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, na nova redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 22 de dezembro.

O CPA determina, na alínea c) do n.º 4 do artigo 168.º, que *"Salvo se a lei ou o direito da União Europeia prescreverem prazo diferente, os atos constitutivos de direitos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos, a contar da data da respetiva emissão, nas seguintes circunstâncias: (...) c) Quando se trate de atos constitutivos de direitos de conteúdo pecuniário cuja legalidade, nos termos da legislação aplicável, possa ser objeto de fiscalização administrativa para além do prazo de um ano, com imposição do dever de restituição das quantias indevidamente auferidas.*

O Supremo Tribunal de Justiça, no seu Acórdão de 4/09/2019 (Proc. n.º 75/18.6YFLSB)[8] concluiu o seguinte sobre esta matéria:

"(...)

VIII - Estando em causa a reposição de dinheiros públicos, nomeadamente remunerações indevidamente pagas, estamos no âmbito do procedimento administrativo previsto no DL n.º 155/92, de 28-07, que estabelece o regime financeiro da Administração Pública (RAFE).

IX - Dispõe o n.º 3, do seu art. 40.º, na redação dada pelo art. 2.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12, que «Os atos administrativos que estejam na origem de procedimentos de reposição de dinheiros públicos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos a contar da data da respetiva emissão, nos termos do disposto na al. c) do n.º 4 do art. 168.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.»

X - A este n.º 3 foi atribuída pela própria Lei que o introduziu (o art. 6.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12) «natureza interpretativa».

XI - Integrando-se a norma interpretativa na norma interpretada, retroagem os seus efeitos ao início da vigência desta, nos termos do art. 13.º, n.º 1, do CC, o que significa que a interpretação autêntica «retroage os seus efeitos até à data da entrada em vigor da antiga lei, tudo ocorrendo como se tivesse sido, publicada na data em que o foi a lei interpretada».

XII - O legislador ao alterar a redação do n.º 3, e ao atribuir-lhe, de seguida, «natureza interpretativa», pretendeu dar-lhe uma interpretação autêntica, a sua própria interpretação, fixando, deste modo, vinculativamente o alcance que, «ab initio», deve ser atribuído ao preceito interpretado, e fê-lo, porque antes da sua vigência, havia divergências de interpretação, doutrinária e jurisprudencial, quanto ao prazo de cinco anos consagrado no art. 40.º, do DL n.º 155/92, de 28-07.

XIII - Porém, a partir da redação introduzida ao n.º 3 e de lhe ser atribuída uma interpretação autêntica, o prazo de 5 anos «se confunde», seja para a exigibilidade ou possibilidade de cobrança do crédito, seja para a anulação do ato administrativo, constitutivo de direito.

XIV - O legislador com o DL n.º 85/2016 – para além do prazo de prescrição de 5 anos para a exigibilidade do crédito – quis, também, assumir um prazo mais longo, de 5 anos, para a anulação dos atos administrativos constitutivos de direitos (reposição de quantias recebidas por trabalhadores que exercem funções públicas), conforme resulta do art. 168.º, n.º 4, al. c), do CPA, e art. 40.º, n.º 3, do RAPE (inclusive dando carácter interpretativo a este n.º 3).

(...)

XVI - Assim, a existência de um regime especialmente aplicável à reposição de dinheiros públicos exclui a aplicabilidade de qualquer outro procedimento, seja o decorrente do art. 168.º, n.º 2, do CPA, seja o regime previsto no art. 128.º, n.º 6, do CPA (“lex specialis derogat legi generali”).

Tal como é referido no parecer jurídico dos serviços da entidade consultante, a Direção-Geral do Orçamento emitiu opinião, junto da Provedoria de Justiça, no sentido de que “os **atos administrativos que estão na base dos procedimentos de reposição de dinheiros públicos encontram, relativamente à sua anulação, regulamentação expressa no art. 168.º, n.º 4, alínea c), do novo Código do Procedimento Administrativo, norma que mantém inalterado o prazo prescricional de cinco anos consignado no art. 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 155/92, uma vez que permite a anulação administrativa dos mesmos atos por igual período.**”[9].

Já anteriormente, durante a redação inicial do n.º 3 do artigo 40.º, aditado pela Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro, com natureza de norma interpretativa[10], o Supremo Tribunal Administrativo (STA) uniformizou jurisprudência no seu Acórdão n.º 4/2009, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 199/2009, de 14 de outubro[11], nos seguintes termos: “Uniformiza a jurisprudência sobre o prazo em que pode ser exigida a reposição nos cofres do Estado de quantias indevidamente recebidas pelo funcionalismo público a título de remuneração do trabalho de qualquer natureza, no sentido de que pode ser ordenada até ao limite temporal de cinco anos a contar do recebimento, sem haver lugar a aplicação do prazo estabelecido para a revogação de atos administrativos no artigo 141.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, por força da norma de natureza interpretativa, introduzida pelo artigo 77.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aditou o n.º 3 ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.”.

Por outro lado, é jurisprudência consolidada do STA que “atos de processamento de vencimentos e outros abonos aos funcionários públicos” constituem “verdadeiros atos administrativos” e não meras operações materiais.[12] Considera o STA que, em princípio, “cada um dos atos de processamento de vencimentos e de outros abonos são verdadeiros atos administrativos que se vão sucessivamente firmando na ordem jurídica se não forem objeto de oportuna impugnação ou revogação.” E que são “suscetíveis de se consolidarem na ordem jurídica como «casos decididos» se não forem objeto de atempada impugnação, na medida em que contenham



*uma definição voluntária e inovatória, por parte da Administração, da situação jurídica do funcionário abonado, relativamente ao processamento em determinado sentido e com determinado conteúdo”[13].*

Como tal, os atos de processamento de vencimentos podem ser objeto de anulação administrativa.

Com efeito, no caso em concreto, na origem dos pagamentos indevidos não está um erro material ou contabilístico, que requer uma simples retificação do processamento remuneratório, mas sim um erro quanto aos pressupostos de direito do processamento, que suscita o regime de anulação dos atos administrativos.

#### IV

No n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 155/92 prevê-se que *“Em casos excecionais, devidamente justificados, pode ser determinada a relevação, total ou parcial, da reposição das quantias recebidas.”*

Este regime jurídico consagra o seguinte sobre a competência para determinar a relevação da reposição das quantias indevidamente recebidas (cf. n.ºs 2 e 3 do artigo 39.º):

- i. Até ao limite máximo por cada ano económico e por ministério, de €25.000, cabe ao membro do Governo responsável pela área setorial.
- ii. Excedido esse montante mencionado no número anterior, a competência para determinar a relevação da reposição desses valores cabe ao membro do Governo responsável pela área das finanças.

Em Reunião de coordenação jurídica de março de 1994, entre a Direção-Geral das Autarquias Locais e as CCDR, foi aprovado o seguinte entendimento, com vista à aplicação destes normativos na administração autárquica:

***“Reposição de dinheiros públicos.***

*Estamos em crer, que o Decreto-Lei n.º 155/92, e 28 de julho, no respeitante ao regime de reposição de dinheiros públicos, deve ser aplicável à Administração Local por interpretação analógica de acordo com o estabelecido no artigo 10.º do código civil. A nosso ver, e salvo melhor opinião, o artigo 39.º deste Decreto-Lei n.º 155/92, deve ser adaptado para a Administração Local, devendo ser considerado que as competências cometidas ao Ministro das Finanças devem corresponder à Câmara Municipal. Desde modo, a relevação de reposições de quantias indevidamente recebidas, em casos excecionais e devidamente justificados poderá ser efetuada pela Câmara Municipal.”*

Assim, e para efeitos do mecanismo da relevação prevista no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 155/92, deve considerar-se que **a entidade competente para praticar o correspondente ato administrativo é a câmara municipal**, através de deliberação devidamente fundamentada.



A relevação desses valores nunca pode ser determinada quando os interessados tiveram conhecimento, no momento em que receberam as quantias em causa, de que esse recebimento era indevido (cf. n.º 4 do artigo 39.º e n.º 3 do artigo 38.º do referido diploma legal).

O legislador não densifica em que circunstâncias pode ser admitida esta relevação da reposição dos valores indevidamente recebidos, mas é claro que a mesma **só pode ser determinada em casos comprovadamente excecionais**, recaindo na margem de discricionariedade de cada órgão apreciar e decidir relativamente a cada caso. A **comprovação** deste requisito da **excepcionalidade** deve **constar devidamente fundamentada**, com as **respetivas justificações de facto e de direito**, na deliberação de câmara sobre o assunto.

Conforme é referido no Parecer INF\_DSAJAL\_LIR\_5755/2020 de 30/06/2020[14]: *“Esta Direção de Serviços tem entendido que «a relevação é legítima quando haja boa-fé (ou seja, o desconhecimento desculpável de que o recebimento das quantias em causa era ilegal) por parte de quem é obrigado a repor e seja imputável, a título de negligência, aos serviços o processamento indevido das quantias (ou na "produção" do facto que originou tais pagamentos).»”*.

Assim, caberá aos serviços da entidade consulente encarregues da gestão de recursos humanos apresentar uma proposta devidamente fundamentada em que explicam as razões pelas quais processaram e pagaram a este trabalhador despesas de representação e se consideram que se verifica, ou não, a excepcionalidade que justifica a relevação da reposição desses valores que lhe foram indevidamente pagos.

## V

### Em conclusão

1. A obrigatoriedade de reposição de quantias indevidamente pagas por um município aos seus trabalhadores prescreve decorridos cinco anos após o seu recebimento, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.
2. De igual modo, os atos administrativos que estejam na origem de procedimentos de reposição de dinheiros públicos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos a contar da data da respetiva emissão, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 168.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - cf. n.º 3 do artigo 40.º
3. A competência para determinar a reposição de valores indevidamente recebidos pelos trabalhadores a título remuneratório pertence ao presidente da câmara municipal, no âmbito da sua competência própria em matéria de gestão e direção de recursos humanos, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.



4. Prevê o n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 155/92 que em casos excepcionais, devidamente justificados, pode ser determinada a relevação, total ou parcial, da reposição das quantias recebidas, devendo considerar-se que a entidade competente para o efeito é a câmara municipal, através de deliberação devidamente fundamentada.

5. Esta Direção de Serviços tem entendido que *"a relevação é legítima quando haja boa-fé (ou seja, o desconhecimento desculpável de que o recebimento das quantias em causa era ilegal) por parte de quem é obrigado a repor e seja imputável, a título de negligência, aos serviços o processamento indevido das quantias (ou na "produção" do facto que originou tais pagamentos)."*

Este é, salvo melhor opinião, o meu parecer.

À consideração superior.

---

[1] Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado, alterado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de agosto, Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de maio, Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 26 de junho.

[2] Esta Direção de Serviços considera que o regime do Decreto-Lei n.º 155/92 é aplicável às autarquias locais, por via do mecanismo de integração de lacunas.

[3] A realização de despesa fica igualmente sujeita aos requisitos da regularidade financeira e da economia, eficiência e eficácia, conforme o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 155/92

[4] A forma como se deve processar essa reposição encontra-se regulada pelos artigos 36.º a 38.º do Decreto-Lei n.º 155/92, os quais dispõem o seguinte:

**"Artigo 36.º - Formas de reposição**

1 - A reposição de dinheiros públicos que devam reentrar nos cofres do Estado pode efectivar-se por compensação, por dedução não abatida ou por pagamento através de guia.

2 - As quantias recebidas pelos funcionários ou agentes da Administração Pública que devam reentrar nos cofres do Estado serão compensadas, sempre que possível, no abono seguinte de idêntica natureza.

3 - Quando não for praticável a reposição sob as formas de compensação ou dedução, será o quantitativo das reposições entregue nos cofres do Estado por meio de guia.

4 - O disposto no n.º 3 do artigo 174.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, é aplicável, com as necessárias adaptações, à reposição por compensação prevista no presente artigo.

**Artigo 37.º - Mínimo de reposição**

*Não haverá lugar ao processamento de reposições quando o total das quantias que devem reentrar nos cofres do Estado, relativamente a cada reposição, seja inferior a um montante a estabelecer no decreto-lei de execução orçamental.*

**Artigo 38.º - Reposição em prestações**

*1 - A reposição poderá ser efetuada em prestações mensais por dedução ou por guia, mediante requerimento fundamentado dos interessados e despacho do dirigente do respetivo serviço ou organismo processador, desde que o prazo de entrega não exceda o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.*

*2 - Em casos especiais, pode o membro do Governo que tutela o serviço, ou o dirigente dos organismos autónomos a que se refere a divisão ii, autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5 % da totalidade da quantia a repor, desde que não exceda 30 % do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5 %.*

*3 - Não poderá ser autorizada a reposição em prestações quando os interessados tiveram conhecimento, no momento em que receberam as quantias em causa, de que esse recebimento era indevido.*

*4 - As reposições efetuadas nos termos deste artigo não estão sujeitas a juros de mora desde que o pagamento de cada prestação seja feito dentro do respetivo prazo."*

[5] De acordo com o previsto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 155/92, não haverá lugar ao processamento de reposições quando o total das quantias que devem reentrar nos cofres do Estado, relativamente a cada reposição, seja inferior a um montante a estabelecer no decreto-lei de execução orçamental. Não tendo sido ainda publicado este diploma no ano em curso, verifica-se que o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019, prevê no n.º 2 do seu artigo 38.º estatui que, para efeitos do disposto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 155/92, o montante mínimo de reposição nos cofres do Estado a apurar em conta corrente e por acumulação é de €20.

[6] Regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (RJAL), aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

[7] Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

[8] Que se encontra disponível para consulta em: <http://www.gde.mj.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/99d46767a66c7c17802583d8003c3f84?OpenDocument>

[9] Conforme citação na Recomendação n.º 6/B/2016 da Provedoria de Justiça (de 19/12/2016), acessível em [https://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/Rec\\_6B2016.pdf](https://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/Rec_6B2016.pdf)

[10] Onde se lia que "O disposto no n.º 1 não é prejudicado pelo estatuido pelo artigo 141.º do diploma aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro."

[11] Que pode ser consultado em <https://dre.pt/application/conteudo/491438>

[12] Conforme é mencionado no citado Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 4/09/2019.

[13] Idem.

[14] Que está disponível em: [http://norteonline.ccdr-n.pt/Pareceres/Publicados/14438\\_1.pdf](http://norteonline.ccdr-n.pt/Pareceres/Publicados/14438_1.pdf)

O Técnico Superior,

OFÍCIO

Nº 21472

DATA: :13/10/2020

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Norte  
Rua Rainha D. Estefânia, n.º 251  
4150-304 BRAGA

**ASSUNTO | Pedido de Parecer Jurídico/Reposição de Quantias Indevidamente Pagas pelo Município-  
Prazo**

Venho por este meio solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a emissão de parecer jurídico sobre a questão, que tem suscitado diversas interpretações jurídicas, referente ao prazo em que se mostra exigível a reposição de quantias indevidamente pagas pela Administração, com as seguintes particularidades:

- O Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, com os fundamentos constantes em anterior parecer emitido por essa Comissão, comunicado a esta Câmara Municipal com a referência nº INF DSAJAL\_CG\_4918/2020 – Proc. Nº 2020/05.25.8183 de 01/06/2020, foi notificado para se pronunciar sobre o sentido provável da decisão de suspender de imediato o pagamento das despesas de representação, assim como, da ordem de reposição dos montantes indevidamente atribuídos a esse título;

- Foi prestado parecer pela Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso, que se anexa.

Atendendo à não coincidência das interpretações jurídicas que têm sido perfilhadas quer pelos tribunais quer pelas diversas entidades públicas, mostra-se pertinente colher parecer dessa Comissão relativamente à referida questão controvertida.

De referir que em sede de audiência prévia o requerente invocou a aplicabilidade do disposto no artigo 39º do Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública, alegando em síntese que:

*–“(…) A iniciativa de lhe serem pagas despesas de representação foi totalmente do próprio município, sem que tenha havido qualquer pedido nesse sentido;*

*–Pelo que a existir erro nunca o signatário lhe deu origem, fosse por o ter solicitado, fosse por ter utilizado qualquer meio fraudulento para levar os serviços do município ao processamento dos valores das despesas de representação;*

*-O processamento continuado nesse sentido confirma que se trata de um erro imputável aos serviços, nada tendo o requerente feito para lhe dar origem, ou seja, a iniciativa de pagar as despesas de representação foi totalmente do próprio município (...)"*

*-Em momento algum o signatário teve conhecimento de que o suplemento remuneratório que lhe vinha sendo abonado era indevido (...)*

*"As despesas de representação foram recebidas de boa-fé e na convicção que lhe são devidas (...)*

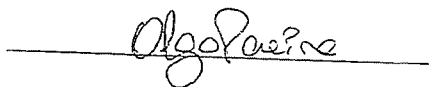
*Pelo que nos termos do art.º 39º do Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aplicável com as devidas adaptações às Autarquias, se prevê em casos excecionais, que se reputa ser o caso, poder ser a relevação determinada das quantias recebidas"*

Neste contexto solicita-se igualmente o Vosso parecer sobre esta matéria, assim como sobre qual o órgão desta Autarquia com competência para determinar a reposição das quantias indevidamente pagas ou, caso se aplique, a relevação dessa reposição.

Os melhores cumprimentos

A Vereadora

( Com Competências na área da gestão e direção dos recursos Humanos deste Município )



( DRª OLGA PEREIRA )

<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso – DSJC,</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão– DMG,</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 13 de novembro de 2019</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p>

**ASSUNTO: Reembolso das quantias pagas a título de despesas de representação – Comandantes Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga .**

**Os factos**

- Tendo sido notificado do sentido provável decisão de ordenar a reposição dos montantes pagos a título despesas de representação que lhe vem sendo abonados , vem o Sr. Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores deste Município pronunciar-se ao abrigo do disposto no artigo 121º do CPA , através de requerimento apresentado nesta Câmara Municipal em 12 de agosto 2020 , para cujo teor se remete .

- A decisão de determinar a reposição das quantias pagas a título de despesas de representação, conforme resulta da informação prestada pela Sr. Diretora do DRH e que mereceu a concordância da Sr. Vereadora com competência para a prática do ato final, tem como fundamento um parecer

emitido pela CCDRN, por solicitação deste Município, que veio clarificar *"que os elementos do quadro de comando não tem direito a auferir esse abono"*; Neste contexto sugere a Sra .Diretora de Recursos Humanos :

- X
- 1- *suspender de imediato tal abono ;*
  - 2 – *Ordenar a reposição dos montantes indevidamente atribuído;*
- X

Cumpra pois analisar:

- O referido parecer emitido pela CCDRN, para cujo teor se remete e cujos fundamentos servem de base ao ato que se propende praticar termina por concluir em síntese o seguinte :

*"À Luz do regime consagrado no DL 106/2002 de 13 de abril , conjugado com o disposto no artigo 4º da Lei 49/2012 , de 29 de agosto, os cargos de comando dos bombeiros profissionais da administração local não são cargos dirigentes das câmaras municipais e não existe qualquer ato legislativo que determine a sua equiparação a esses dirigentes municipais .*

*Resulta do DL 106/2002, que os cargos de comando dos bombeiros profissionais não são equiparados , para efeitos remuneratórios , a cargos dirigentes da autarquias locais .*

*O regime jurídico dos bombeiros profissionais da administração local apenas fixa a remuneração devida a cada um desses cargos de comando com referência a uma percentagem dos valores das remunerações base dos cargos de diretor municipal, diretor de departamento ou chefe de divisão municipal consoante os casos .*

*Para que estes cargos de comando dos bombeiros profissionais possam auferir despesas de representação é necessário que o legislador assim o tenha previsto de forma expressa em instrumento legal próprio o que não se verifica. "*

- Face a este entendimento, pacificamente aceite, afigura-se que efetivamente os cargos comando dos bombeiros profissionais não tem direito ao abono de despesas de representação,



situação que tem aplicabilidade ao cargo de Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, pelo que tal pagamento deveria desde já ser interrompido ;

-No que concerne à questão da reposição das quantias já pagas e determinação dos respetivos limites de tal obrigatoriedade , importa desde já referir que se trata de matéria que tem merecido entendimentos jurídicos diversos , mas que obviamente na situação concreta importa definir com vista a adequada decisão final .

-Assim , antes demais, importa salientar que se sobre esta matéria a Sr. Diretora do DRH prestou informação, para cujo teor se remete, dando nota da existência de jurisprudência sobre a matéria , designadamente um acórdão de uniformização de jurisprudência do STA, com o nº nº 4 /2009, que em síntese decide no sentido de determinar a reposição de quantias indevidas pagas pelo Estado dentro dos cinco anos posteriores ao seu recebimento .

- Com efeito e não obstante a matéria em causa suscitar diversas interpretações jurídicas, é nosso entendimento, face ao quadro legal atualmente em vigor assim como ao entendimento que vem sendo perfilhado pela jurisprudência, que na situação concreta em presença impõe-se determinar a reposição das quantias indevidamente pagas dentro dos cinco anos posteriores ao seu recebimento.

-Neste sentido cumpre chamar a atenção para a posição oficialmente apresentada pela Direção Geral do Orçamento relativamente a esta matéria , proferida na sequência de uma recomendação feita pelo Provedor de Justiça no ano de 2015, ao Ministro das Finanças :

*“ Os atos administrativos que estão na base do procedimentos de reposição de dinheiros públicos encontram relativamente à anulação ,regulamentação expressa no artigo 168º nº 4 alínea c) do novo Código do Procedimento Administrativo , norma que mantém inalterado o prazo prescricional de cinco anos consignado no artigo 40º nº 1 do DL 155/92 uma vez que permite a anulação administrativa dos mesmos por igual período “*

-Esta posição veio igualmente a ser adotada a pela Direção Geral de Emprego Público .

- Contrariamente veio no ano de 2016 manifestar-se a Provedoria de Justiça entendendo ( recomendação nº 6/B/2016) que à luz do novo CPA os atos constitutivos do direito de obtenção de prestações retributivas só podem ser anulados no prazo de um ano após o qual não podem dar origem a obrigatoriedade de repor ( artigo 168º ), salvo quando os beneficiários tenham recorrido a artifícios fraudulentos para a sua obtenção ( nos termos a alínea a) do nº 4 do artigo 168º ).

Referindo que uma vez que a questão ainda não se encontra devidamente clarificada , suscitando questões e juízos administrativos divergentes , deveria o legislador clarificar se os regimes de anulação dos atos administrativos de atos constitutivos de direitos consagrados no CPA prevalece sobre as normas do RAFE e nesse sentido recomendava a revogação expressa do disposto no nº 3 do artigo 40 do RAFE .

-Ora verifica-se que até à presente data o quadro legislativo se mantém inalterado e que não existiu resposta às recomendações da provedoria no sentido proposto ;

- Com interesse para a decisão que importa proferir chama-se a atenção para o teor dos Acórdãos do STA, cujos sumários se transcrevem e cujos fundamentos devem servir de fundamento a decisão que sobre a questão importa tomar , a saber

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2009

Publicação: Diário da República n.º 199/2009, Série I de 2009-10-14

Uniformiza a jurisprudência sobre o prazo em que pode ser exigida a reposição nos cofres do Estado de quantias indevidamente recebidas pelo funcionalismo público a título de remuneração do trabalho de qualquer natureza, no sentido de que pode ser ordenada até ao limite temporal de cinco anos a contar do recebimento, sem haver lugar a aplicação do prazo estabelecido para a revogação de atos administrativos no artigo 141.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, por força da norma de natureza interpretativa,

introduzida pelo artigo 77.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aditou o n.º 3 ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho  
cinco anos a contar do recebimento, sem haver lugar a aplicação do prazo estabelecido para a revogação de atos administrativos no artigo 141.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, por força da norma de natureza interpretativa, introduzida pelo artigo 77.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, que aditou o n.º 3 ao artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho

O acórdão do STA de 4 de setembro de 2019 refere :

VIII - Estando em causa a reposição de dinheiros públicos, nomeadamente remunerações indevidamente pagas, estamos no âmbito do procedimento administrativo previsto no DL n.º 155/92, de 28-07, que estabelece o regime financeiro da Administração Pública (RAFE).

IX - Dispõe o n.º 3, do seu art. 40.º, na redação dada pelo art. 2.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12, que "Os atos administrativos que estejam na origem de procedimentos de reposição de dinheiros públicos podem ser objeto de anulação administrativa no prazo de cinco anos a contar da data da respetiva emissão, nos termos do disposto na al. c) do n.º 4 do art. 168.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro."

X - A este n.º 3 foi atribuída pela própria Lei que o introduziu (o art. 6.º, do DL n.º 85/2016, de 21-12) "natureza interpretativa".

XI - Integrando-se a norma interpretativa na norma interpretada, retroagem os seus efeitos ao início da vigência desta, nos termos do art. 13.º, n.º 1, do CC, o que significa que a interpretação autêntica "retroage os seus efeitos até à data da entrada em vigor da antiga lei, tudo

*ocorrendo como se tivesse sido, publicada na data em que o foi a lei interpretada”.*

XII - O legislador ao alterar a redação do n.º 3, e ao atribuir-lhe, de seguida, “natureza interpretativa”, pretendeu dar-lhe uma interpretação autêntica, a sua própria interpretação, fixando, deste modo, vinculativamente o alcance que, “*ab initio*”, deve ser atribuído ao preceito interpretado, e fê-lo, porque antes da sua vigência, havia divergências de interpretação, doutrinária e jurisprudencial, quanto ao prazo de cinco anos consagrado no art. 40.º, do DL n.º 155/92, de 28-07.

XIII - Porém, a partir da redação introduzida ao n.º 3 e de lhe ser atribuída uma interpretação autêntica, o prazo de 5 anos “se confunde”, seja para a exigibilidade ou possibilidade de cobrança do crédito, seja para a anulação do ato administrativo, constitutivo de direito.

XIV - O legislador com o DL n.º 85/2016 – para além do prazo de prescrição de 5 anos para a exigibilidade do crédito – quis, também, assumir um prazo mais longo, de 5 anos, para a anulação dos atos administrativos constitutivos de direitos (reposição de quantias recebidas por trabalhadores que exercem funções públicas), conforme resulta do art. 168.º, n.º 4, al. c), do CPA, e art. 40.º, n.º 3, do RAPE (inclusive dando carácter interpretativo a este n.º 3).

XV - É orientação jurisprudencial consolidada que os atos de processamento de vencimentos, e outros abonos, constituem verdadeiros atos administrativos, e não meras operações materiais, suscetíveis de se consolidarem na ordem jurídica como «casos decididos», se não forem objeto de atempada impugnação.

XVI - Assim, a existência de um regime especialmente aplicável à reposição de dinheiros públicos exclui a aplicabilidade de qualquer outro

procedimento, seja o decorrente do art. 168.º, n.º 2, do CPA, seja o regime previsto no art. 128.º, n.º 6, do CPA (*"lex specialis derogat legi generali"*).

**Conclusão :**

Assim e tendo presente as disposições legais presentemente em vigor bem como o entendimento que vem sendo sufragado pela jurisprudência, afigura-se na situação concreta deverá ser praticado ato que,

- Cesse de imediato o pagamento das quantias abonadas a título de despesas de representação ao Comandante dos Bombeiros sapadores de Braga e,
- Determine a reposição das quantias recebidas a esse título nos últimos cinco anos.

**A jurista :**